



DIÁRIO OFICIAL

Estado da Paraíba • Poder Executivo

Nº 13.721

João Pessoa - Quarta-feira, 30 de Janeiro de 2008

Preço: R\$ 2,00

Secretarias de Estado

Segurança e da Defesa Social

PORTARIA Nº 176/2008/GS-SEDS Em 29 de Janeiro de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE dispensar o servidor PABLO AUGUSTO TENORIO DE CARVALHO, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº. 155.633-9, do encargo de responder pelo expediente da Delegacia de Polícia do Município de LAGOA.

PORTARIA Nº 177/2008/GS-SEDS Em 29 de Janeiro de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE dispensar o servidor SYLVIO DE LYRA RABELLO NETO, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº. 156.506-1, do encargo de responder pelo expediente da Delegacia de Polícia do Município de SÃO BENTO.

PORTARIA Nº 178 /2008/GS-SEDS Em 29 de Janeiro de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE designar o servidor SYLVIO DE LYRA RABELLO NETO, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº. 156.506-1, para responder pelo expediente da Delegacia de Polícia do Município de LAGOA.

PORTARIA Nº 179/2008/GS-SEDS Em 29 de Janeiro de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE designar o servidor PABLO AUGUSTO TENORIO DE CARVALHO, Delegado de Polícia Civil, Código GPC-601, matrícula nº. 155.633-9, para responder pelo expediente da Delegacia de Polícia do Município de SÃO BENTO.

PORTARIA Nº 180/2008/SEDS Em 29 de janeiro de 2008.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE constituir Comissão Permanente de Disciplina desta Pasta, composta pelos Delegados de Polícia Civil MARIA DAS GRAÇAS ALVES DE MORAIS, matrícula nº. 102.284-9, como Presidente, ODILON AMARAL NETO, matrícula nº. 155.365-8 e FLÁVIO CRAVEIRO VASCONCELOS DE BARROS, matrícula nº. 155.051-9, como membros vogais, pelo período de 02 (dois) anos, incumbida de apurar irregularidades ou transgressões disciplinares praticadas ou que venham a ser praticadas por servidores regidos pelo ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DE CARREIRA DO ESTADO, LEI 4.273, desde que precedidas de expressa determinação do titular da Pasta ou quem de direito.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA
Secretário

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº 042 /2008/DEGEPOL/SEDS Em 24 de janeiro de 2008.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I da Instrução Normativa nº. 001/2006/SEDS,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ MARCELO NETO, Agente de Investigação, Código GPC-608, matrícula nº. 138.436-8, lotado nesta Secretaria, para a SÉTIMA REGIÃO DE POLÍCIA CIVIL, a fim de prestar serviços na Delegacia de Polícia do Município de NOVA PALMEIRA.

Publicado no Diário Oficial de 25.01.2008
Republicada por incorreção.

PORTARIA Nº 063 /2008/DEGEPOL-SEDS Em 29 de Janeiro de 2008.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, da Instrução Normativa nº. 001/2006/SEDS,

RESOLVE designar o servidor VERNALDO COSTA DE ATAÍDE, Agente de Investigação, Código GPC-608, matrícula nº. 154.877-8, lotado nesta Secretaria, para a 2ª DELEGACIA REGIONAL, a fim de prestar serviços no âmbito daquela Delegacia Regional de Polícia Civil.

PORTARIA Nº 064 /2008/DEGEPOL-SEDS Em 29 de Janeiro de 2008.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I, da Instrução Normativa nº. 001/2006/SEDS,

RESOLVE designar o servidor ROBSON RODRIGUES DE OLIVEIRA, Agente de Investigação, Código GPC-608, matrícula nº. 096.455-7, lotado nesta Secretaria, para a 2ª DELEGACIA REGIONAL, a fim de prestar serviços no âmbito daquela Delegacia Regional de Polícia Civil.

PORTARIA Nº 065 /2008/DEGEPOL Em 29 de janeiro de 2008.

O DELEGADO GERAL DE POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º, inciso I da Instrução Normativa nº. 001/2006/SEDS,

RESOLVE designar a Delegada de Polícia Civil TEREZA MARIA CAVALCANTE NOGUEIRA, matrícula nº 061.339-8, para responder pelo expediente da Delegacia de Polícia do Município de Picuí, cumulativamente com o cargo que ocupa junto a esta Pasta, durante as férias do seu Titular João Joaldo Ferreira, de 11.02 a 11.03.2008.

GERSON ALVES BARBOSA
Delegado Geral

Controladoria Geral do Estado



Estado da Paraíba

Contas Públicas - Sumário dos Principais Resultados
Exercício Financeiro de 2007

1. Apresentação

A Controladoria Geral do Estado (CGE), através da Contadoria do Estado, compete o processamento e fechamento das contas gerais do Governo do Estado, bem como, a elaboração dos demonstrativos pertinentes ao Tesouro Estadual com vistas ao acompanhamento pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) das metas do Programa de Reestruturação e Ajustamento Fiscal do Estado (PAF).

Encerrado o exercício financeiro de 2007, vimos através deste relatório apresentar a síntese dos resultados alcançados pela Governo do Estado - todos os poderes e órgãos -, bem como o resultado alcançado pelo Tesouro em relação às metas acordadas com a STN no âmbito do PAF.

2. Resultados Consolidados do Governo do Estado em 2007 (valores em R\$ Milhões)

Orçamento Geral		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Receita (A)	4.600	Receita (A)	4.583
Despesa (B)	4.537	Despesa (B)	4.484
Resultado(A-B)	63 (superávit)	Resultado(A-B)	99 (superávit)
Resultado Primário	355	Resultado Primário	391
			Meta:332

Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino com recursos Ordinários:

Valor:	844
Receita Base:	3.290
% aplicado:	25,5%

Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde com recursos Ordinários

Valor:	389
Receita Base:	3.083
% aplicado:	12,6%

Gastos com Pessoal e Encargos (Fiscal+Seguridade Social)

Valor:	2.007
Receita Base:	3.530
% aplicado:	56,9%

3. Resultados do PAF (recursos do Tesouro)

Metas Descrição	Meta		
	Previsão	Resultado	Observação
1.Relação Dívida/RLR ¹	0,73	0,64	cumprida
2.Resultado Primário	247	265	cumprida
3.Desp Pessoal/RCL ² (%)	60%	59,3%	cumprida
4.Arrecadação Própria	1.818	1.837	cumprida
5.Relação ODC ³ /RLR (%)	28,31%	29,36%	justificada
6.Relação INV ⁴ /RLR (%)	8,21%	7,17%	cumprida

¹ RLR = Receita Líquida Real, em 2007 alcançou R\$ 3.146 milhões

² RCL = Receita Líquida do Tesouro, em 2007 alcançou R\$ 3.616 milhões

³ ODC = Outras Despesas Correntes, em 2007 alcançou R\$ 924 milhões

⁴ INV = Investimentos, em 2007 alcançou R\$ 226 milhões

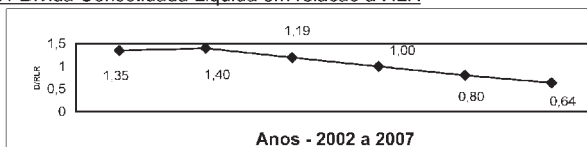
Em relação a Meta nº 5, observa-se que a perda para o FUNDEB, R\$ 195 milhões, representa cerca de 21% do total apropriado a título de Outras Despesas Corrente (ODC) e, em relação a perda registrada em 2006, teve crescimento da ordem de 15%, quase o dobro da inflação medida pelo IGP-FGV, indexador do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados, justificando, deste modo, o pequeno desvio em relação à meta acordada. Ademais, o excesso de ODC foi mais do que compensado pela realização a menor dos gastos com Investimentos e Pessoal.

Apesar do descumprimento em relação a meta de número 5, conforme quadro acima, nos termos Termo de Entendimento Técnico (TET), constante do PAF, como tal resultado não afetou as metas números 1 e 2, o Estado cumpre com o PAF e será declarado, quando da avaliação da STN, cor adimplente em relação ao mencionado programa, numa inequívoca demonstração de acerto condução da Gestão do Estado.

4. Apresentam-se abaixo a evolução de alguns indicadores fiscais

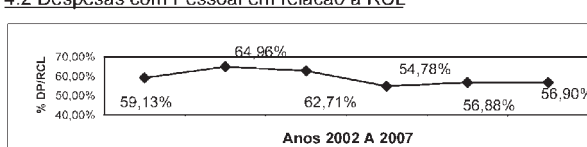
4.1 Dívida Consolidada Líquida em relação a RLR

Ano	Valor
2002	1,35
2003	1,40
2004	1,19
2005	1,00
2006	0,80
2007	0,64



4.2 Despesas com Pessoal em relação a RCL

Ano	Valor
2002	59,13%
2003	64,96%
2004	62,71%
2005	54,78%
2006	56,88%
2007	56,90%

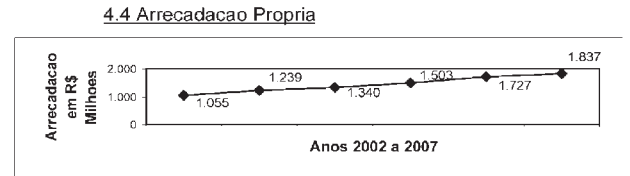


4.3 Resultado Primário do Tesouro

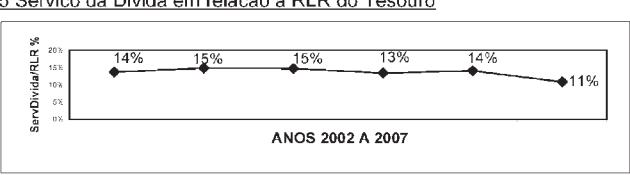
Ano	Valor
2002	-37
2003	98
2004	75
2005	263
2006	220
2007	265



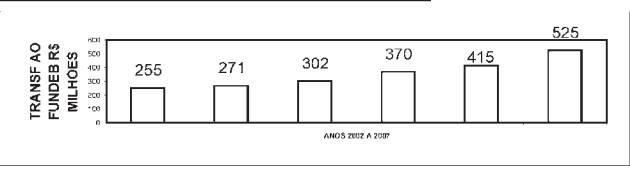
Ano	Valor
2002	1.055
2003	1.239
2004	1.340
2005	1.503
2006	1.727
2007	1.837



Ano	%
2002	14%
2003	15%
2004	15%
2005	13%
2006	14%
2007	11%



Ano	Valor
2002	255
2003	271
2004	302
2005	370
2006	415
2007	525



5. Conclusão

O conjunto de indicadores fiscais e outras informações trazidas a colação ao longo deste relatório demonstram uma evolução positiva da Gestão Fiscal do Estado da Paraíba.

Observe-se que ao lado do superávit orçamentário, as aplicações mínimas em educação e saúde foram superadas, 25,7% e 12,5% das respectivas receitas bases, os gastos com pessoal e encargos encontram-se abaixo do limite legal fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal e, decorridos quase dez anos, o Balanço Patrimonial Consolidado de 2007 registra **superávit financeiro da ordem de R\$ 15 milhões**, ou seja, as obrigações inscritas no Passivo Financeiro são inferiores aos direitos consignados no Ativo Financeiro do Estado.

O estoque da Dívida Consolidada que era de R\$ 2,9 bilhões, no final de 2002, alcançou, em 31/12/2007, R\$ 2,4 bilhões, uma expressiva redução da ordem de R\$ 400 milhões - em valor absoluto - e de **53% em relação à Receita Líquida Real do Tesouro**.

O expressivo crescimento da receita própria do Estado no período 2002-2007, **74%**, demonstra, sem dúvida, que a política de incentivo fiscal adotada pelo Governo do Estado tem assegurado, não apenas a geração de emprego, mas, igualmente a geração de valor agregado (riqueza) com aumento da capacidade contributiva dos contribuintes do Estado.

Ademais, se olharmos apenas para o exercício de 2007, fácil é concluir que ao lado de expressivo resultado primário com recursos do tesouro, fecha-se o exercício com execução orçamentária superavitária **pele terceiro ano consecutivo** o que representa um movimento positivo na redução do endividamento público e na melhoria da capacidade de investimento e de pagamento do estado, que possibilitará a alavancagem de investimentos estruturantes para o Estado

João Pessoa, 29 de janeiro de 2008

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
Secretário Chefe da Controladoria Geral do Estado

Introdução ao Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo

Os quadros abaixo constituem o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo pertinente ao 3º quadrimestre de 2007, apresentados em conformidade com os modelos e padrões aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o exercício financeiro de 2007.

Destaque-se, entre outros aspectos, o cumprimento dos limites de gastos com pessoal e o registro de disponibilidades em montante superior a inscrição de restos a pagar e a ausência de inscrição de restos a pagar não processados, fato inédito desde a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal em maio de 2000, resultado de uma Gestão Fiscal comprometida com o princípio do equilíbrio das contas públicas.

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2007 A DEZEMBRO 2007

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LÍQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.823.110	
Pessoal Ativo (*)	1.411.452	
Pessoal Inativo e Pensionistas (**)	411.358	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	99	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	312.360	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	1.610.550	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.530.108	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/V)*100	45,63	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	1.729.753	
LIMITE PRECATORIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%	1.643.265	
FONTE: CGU e SECADM		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(*) Excluído o IRRF conforme Parecer PN TC 05/2004.

GOVERNO DO ESTADO
Governador Cássio Cunha Lima

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora
BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

JOSÉ ITAMAR DA ROCHA CÂNDIDO SUPERINTENDENTE **RONALDO SÉRGIO GUERRA DOMINONI** DIRETOR ADMINISTRATIVO

GEOVALDO CARVALHO DIRETOR TÉCNICO **FRED KENNEDY DE A. MENEZES** DIRETOR DE OPERAÇÕES

DIÁRIO OFICIAL

Editor: Walter de Souza
Fones: 218-6521/218-6526/218-6533 - E-mail:diariooficial@auniao.pb.gov.br
Assinatura: (83) 218-6518

Anual R\$ 400,00
Semestral R\$ 200,00
Número Atrasado R\$ 3,00

também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(*) Excluído o IRRF conforme Parecer PN TC 05/2004.

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2007 A DEZEMBRO 2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LÍQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.423.925	
Pessoal Ativo (*)	1.423.824	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	99	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	1.423.925	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.530.108	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/V)*100	40,34	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60% (**)	1.715.632	
LIMITE PRECATORIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,37%	1.629.851	
FONTE: CGU e SECADM		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(*) Excluído o IRRF conforme Parecer PN TC 05/2004.

(**) Valores não informados em cumprimento ao Parecer PN TC 77/2000.

(***) Limite máximo de fundo conforme Art. 20 da Lei nº 191/2000.

ESTADO DA PARAÍBA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2007 A DEZEMBRO 2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LÍQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.427.713	
Pessoal Ativo (*)	1.785.804	
Pessoal Inativo e Pensionistas	641.810	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	99	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	420.901	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	2.066.812	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.530.108	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/V)*100	58,55	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%	2.118.065	
LIMITE PRECATORIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	1.812.162	
FONTE: CGU e SECADM		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(*) Excluído o IRRF conforme Parecer PN TC 05/2004.

ESTADO DA PARAÍBA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) (I)	2.583.026	2.478.095	2.420.843	2.445.845
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	2.200.570	2.119.257	2.065.368	2.027.480
Operações de crédito inferiores a 12 meses	149.232	149.232	149.232	223.283
Parcelamentos de Dívidas				
De Tributos				
De Contribuições Sociais	82.690	78.972	75.709	72.860
Previdenciárias	80.838	77.265	74.161	71.485
Demais Contribuições Sociais	1.832	1.707	1.548	1.375
Do FUS				
Provisões de PPPS				
Outras Dívidas	130.234	130.534	130.534	122.642
DEBÍTCIOS (II)	99.097	83.572	449.682	344.295
Ativo Disponível	229.598	368.458	412.100	371.031
Haveres Financeiros	73.137	73.137	73.137	73.796
Restos a Pagar Processados	203.638	56.936	35.981	102.572
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
Previdenciárias anteriores a 31.12.2000				
Insuficiência Financeira				
Outras Obrigações				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.463.929	2.094.563	1.971.161	2.201.350
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.254.483	3.314.880	3.420.313	3.250.108
% do DC sobre a RCL (IV) (I)	79,38	78,76	70,78	69,28
% do DCL sobre a RCL (III) (II)	75,71	63,19	57,63	67,36
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	6.508.966	6.629.760	6.840.626	7.060.316

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	12.323.998	12.323.998	15.024.033	15.024.033
Passivo Atual	12.323.998	12.323.998	15.024.033	15.024.033
Demais Dívidas				
DEBÍTCIOS (V)		12.713		6.952

ESTADO DA PARAÍBA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO 2007 A DEZEMBRO 2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LÍQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.423.925	
Pessoal Ativo (*)	1.423.824	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	99	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I + II)	1.423.925	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.530.108	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APLICAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/V)*100	40,34	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60% (**)	1.715.632	
LIMITE PRECATORIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,37%	1.629.851	
FONTE: CGU e SECADM		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, considerando aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(*) Excluído o IRRF conforme Parecer PN TC 05/2004.

ESTADO DA PARAÍBA
RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA (DC) (I)	2.583.026	2.478.095	2.420.843	2.445.845
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	2.200.570	2.119.257	2.065.368	2.027.480
Operações de crédito inferiores a 12 meses	149.232	149.232	149.232	223.283
Parcelamentos de Dívidas				
De Tributos				
De Contribuições Sociais	82.690	78.972	75.709	72.860
Previdenciárias	80.838	77.265	74.161	71.485
Demais Contribuições Sociais	1.832	1.707	1.548	1.375
Do FUS				
Provisões de PPPS				
Outras Dívidas	130.234	130.534	130.534	122.642
DEBÍTCIOS (II)	99.097	83.572	449.682	344.295
Ativo Disponível	229.598	368.458	412.100	371.031
Haveres Financeiros	73.137	73.137	73.137	73.796
Restos a Pagar Processados	203.638	56.936	35.981	102.572
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC				
Previdenciárias anteriores a 31.12.2000				
Insuficiência Financeira				
Outras Obrigações				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.463.929	2.094.563	1.971.161	2.201.350
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.254.483	3.314.880	3.420.313	3.250.108
% do DC sobre a RCL (IV) (I)	79,38	78,76	70,78	69,28
% do DCL sobre a RCL (III) (II)	75,71	63,19	57,63	67,36
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	6.508.966	6.629.760	6.840.626	7.060.316

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	12.323.998	12.323.998	15.024.033	15.024.033
Passivo Atual	12.323.998	12.323.998	15.024.033	15.024.033
Demais Dívidas				
DEBÍTCIOS (V)		12.713		6.952

Ativo Disponível	18.995	34.964	21.861	8.408
Investimentos	-	-	-	-
Haveres Financeiros	8.493	8.493	-	-
Ativos a Pagar Processados	75.961	30.744	22.145	1.456
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA D.C.	(45.573)	-	(282)	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) - (IV) - (V)	12.223.996	12.311.283	15.024.033	15.017.081

FONTE: GPCRETEI, BALANÇO PATRIMONIAL, ANEXO 10 e Relatório Final de Avaliação e Projeções Atuariais das Obrigações Previdenciárias da PRPPFV.
 * Se o saldo aparecer negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira" das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.
 Nota:

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
SECRETÁRIO DA FINANÇAS

HARRISON TARGINO
Procurador Geral do Estado

GUSTAVO MAURICIO FIGUEIRAS NOROIEIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRANKLIN ARAUJO NETO
SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGUARANTIAS DE VALORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

REF: ANEXO III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 49, § 1º) RS Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF				
INTERNAS (II)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I) + (II)				
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	3.284.483	3.144.880	3.420.313	3.530.108
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LÍMITE DE FUNDOS POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	715.986	729.274	752.469	776.624

CONTRAGUARANTIAS RECEBIDAS

GARANTIAS EXTERNAS (V)	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2007		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF				
GARANTIAS INTERNAS (VI)				
Aval ou fiança em operações de crédito				
Outras garantias nos Termos da LRF				
TOTAL CONTRAGUARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V) + (VI)				

FONTE: GPCRETEI e ANEXO 10
 Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.
 Não houve concessão de garantias ou recebimento de contragarantias no exercício anterior nem no exercício de 2007.

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
SECRETÁRIO DA FINANÇAS

HARRISON TARGINO
Procurador Geral do Estado

GUSTAVO MAURICIO FIGUEIRAS NOROIEIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRANKLIN ARAUJO NETO
SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

REF: ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") RS Milhares

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o Quadrimestre de Referência	
	CRIADOR	VALOR
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		26.659
Externas		
Internas		26.659
Pro-Moratória (Resolução nº 43/2001-SF)		9.726
Por Antecipação da Receita (II)		16.933
Por Antecipação da Receita (II)		
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (I) + (II)		26.659
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)		3.530.108
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO sobre a RCL (III) sobre a RCL		0,76
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO sobre a RCL (III) sobre a RCL		0,08
LÍMITE DE FUNDOS POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (V)		564.817
LÍMITE DE FUNDOS POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (VI)		247.308

FONTE: GPCRETEI e ANEXO 10
 Nota:

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
SECRETÁRIO DA FINANÇAS

HARRISON TARGINO
Procurador Geral do Estado

GUSTAVO MAURICIO FIGUEIRAS NOROIEIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRANKLIN ARAUJO NETO
SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

REF: ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") RS Milhares

ATIVO		PASSIVO	
VALOR		VALOR	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	237.607	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	223.344
Caixa	41	Depósitos	85.995
Rendimentos	75.745	Restos a Pagar Processados*	89.553
Contas Movimento	71.766	De Exercício	89.455
Contas Vinculadas	5.979	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	157.231	Outras Obrigações Financeiras	48.096
Outras Disponibilidades Financeiras	4.230	Agências Financeiras Crédito	1.883
Agências Arrecadadoras	3.085	Outras Entidades Crédito	46.213
Estatísticas Saldo em Poder	345		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	14.063
TOTAL	237.607	TOTAL	237.607
INSUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III) = (I) - (II)	-		
			14.063

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO		PASSIVO	
VALOR		VALOR	
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	8.408	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	22.410
Caixa	-	Depósitos	20.954
Rendimentos	8.408	Restos a Pagar Processados	1.456
Contas Movimento	-	De Exercício	-
Contas Vinculadas	-	De Exercícios Anteriores	-
Aplicações Financeiras	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Outras Disponibilidades Financeiras	-		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	-	INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	14.063
TOTAL	22.410	TOTAL	22.410
INSUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII) = (V) - (VI)	-		

FONTE: BALANÇO PATRIMONIAL
 Nota: * Em cumprimento ao Decreto nº 29.020/2007, neste exercício, não foram inscritos restos a pagar não processados.
 * Destacados créditos e débitos reconhecidos, R\$ 23.824 mil

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
SECRETÁRIO DA FINANÇAS

HARRISON TARGINO
Procurador Geral do Estado

GUSTAVO MAURICIO FIGUEIRAS NOROIEIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRANKLIN ARAUJO NETO
SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007

REF: ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") RS Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR			
	Processados		Não Processados	
	Inscritos	Subscritos/Insuficiências antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Inscritos	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
Poder Executivo		56.863		
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
Poder Executivo		34.044		
TOTAL		90.907		

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

	Processados		Não Processados	
	Inscritos	Subscritos/Insuficiências antes da inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Inscritos	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício	Insuficiência Financeira
Personal e Encargos Sociais		16.614		
Outras Despesas Correntes		49.179		
Investimentos		25.036		
Inversões Financeiras		80		
TOTAL		90.907		

FONTE: SIAF
 Nota: Em cumprimento ao Decreto nº 29.020/2007, neste exercício, não foram inscritos restos a pagar não processados.

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
SECRETÁRIO DA FINANÇAS

HARRISON TARGINO
Procurador Geral do Estado

GUSTAVO MAURICIO FIGUEIRAS NOROIEIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRANKLIN ARAUJO NETO
SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2007

REF: art. 48 - Anexo VII RS Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de aplicação do Limite - FDP	1.810.750	45,63
Limite Máximo previsto LRF - III, art. 20 da LRF - 40%	1.724.785	40,44
Limite Prorrogado (parágrafo único, art. 22 da LRF - 46,55%)	1.643.368	38,55

DÍVIDA

VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	2.201.340	62,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.060.216	203,00

GARANTIAS DE VALORES

VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	752.469	21,60

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	26.659	0,76
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	564.817	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	247.308	7,00

FONTE: SECADM e CGE (BALANÇO PATRIMONIAL, ANEXO 10) e CCPEL
 Nota: Em cumprimento ao Decreto nº 29.020/2007, neste exercício, não foram inscritos restos a pagar não processados.

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
SECRETÁRIO DA FINANÇAS

HARRISON TARGINO
Procurador Geral do Estado

GUSTAVO MAURICIO FIGUEIRAS NOROIEIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRANKLIN ARAUJO NETO
SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2007

REF: art. 48 - Anexo VII RS Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de aplicação do Limite - FDP	1.423.922	40,24
Limite Máximo previsto LRF - III, art. 20 da LRF - 40,00%	1.715.622	48,00
Limite Prorrogado (parágrafo único, art. 22 da LRF - 46,17%)	1.629.851	46,17

DÍVIDA

VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	2.201.340	62,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.060.216	203,00

GARANTIAS DE VALORES

VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	752.469	21,60

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	26.659	0,76
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	564.817	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	247.308	7,00

FONTE: SECADM e CGE (BALANÇO PATRIMONIAL, ANEXO 10) e CCPEL
 Nota: Em cumprimento ao Decreto nº 29.020/2007, neste exercício, não foram inscritos restos a pagar não processados.

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA
GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO
SECRETÁRIO DA FINANÇAS

HARRISON TARGINO
Procurador Geral do Estado

GUSTAVO MAURICIO FIGUEIRAS NOROIEIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

FRANKLIN ARAUJO NETO
SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ESTADO DA PARAÍBA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS LIMITES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2007

REF: art. 48 - Anexo VII RS Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de aplicação do Limite - FDP	2.066.812	58,53
Limite Máximo previsto LRF - III, art. 20 da LRF - 40%	2.118.666	60,00
Limite Prorrogado (parágrafo único, art. 22 da LRF - 57%)	2.012.362	57,00

DÍVIDA

VALOR	% SOBRE A RCL	
Dívida Consolidada Líquida	2.201.340	62,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.060.216	203,00

GARANTIAS DE VALORES

VALOR	% SOBRE A RCL	
Total das Garantias	0,00	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	752.469	21,60

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

VALOR	% SOBRE A RCL	
Operações de Crédito Internas e Externas	26.659	0,76
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	564.817	16,00

Limita Despesa pelo Sistema Fidejussório de Crédito por Antecipação da Receita

247.108

247.108

RECURSOS A PAGAR

RECURSOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

SUFICIÊNCIA INSUFICIÊNCIA

FORNECEDOR

NOTA: Em cumprimento do Decreto nº 23.629/2007, não foram processados os pagamentos processados.

CASSIO RODRIGUES DA CUNHA LIMA GOVERNADOR

LUZEMAR DA COSTA MARTINS SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

GUSTAVO MAURICIO FLEURY NUNES SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

JACY FERNANDES TOSCANO DE BRITTO SECRETÁRIO DA FINANÇAS

MARRISON TARGINO Procurador Geral do Estado

FRANKLIN ARAUJO NETO SEC. DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Introdução ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Os quadros abaixo constituem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, referente ao 6º bimestre de 2007, apresentados em conformidade com os modelos e padrões aprovados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o exercício financeiro de 2007.

Destaque-se, além do cumprimento das metas fixadas na LDO e na LRF, o crescimento da receita corrente líquida (RCL) - 13% nominalmente em relação à RCL do ano de 2006, equivalente a um crescimento real de 8%, após dedução da inflação medida pelo IPCA-IBGE.

Nos quadros que se seguem vamos encontrar gastos com MDE da ordem de 25,5% da receita base; quase 70% de recursos do FUNDEB aplicados nas despesas com pessoal e encargos do magistério da educação básica, que adicionado aos encargos com os demais servidores da educação básica equivalem a quase 100% do total de recursos recebidos, em 2007, do FUNDEB; despesas com ações e serviços públicos de saúde equivalentes a cerca de 12,6% da receita base; resultado primário de R\$ 391 milhões; resultado nominal equivalente a redução da dívida consolidada líquida em R\$ 253 milhões; receita corrente líquida de R\$ 3.530 milhões, deduzido o IRRF, e R\$ 3.669 milhões, sem a dedução do IRRF.

ESTADO DA PARAIBA

Table with columns: RECEITAS, PREVISÃO INICIAL, PREVISÃO ATUALIZADA (R\$), No Bimestre (R\$), %, Até o Bimestre (R\$), %, SALDO A REALIZAR (R\$). Rows include RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS), RECEITAS CORRENTES, RECEITAS DE CAPITAL, RECEITAS DE CREDITO/REFINANCIAMENTO, RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

LUZEMAR DA COSTA MARTINS SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

GILMAR MARTINS DE S. SANTIAGO CONTADOR GERAL DO ESTADO CRC Nº 4.495 - PB

ESTADO DA PARAIBA

Main table with columns: FUNÇÃO SUBFUNÇÃO, Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas, Saldo a Executar. Rows include DESEMPENHO INTRA-ORÇAMENTARIAS, DESEMPENHO INTER-ORÇAMENTARIAS, DESEMPENHO EXTRA-ORÇAMENTARIAS, DESEMPENHO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

LUZEMAR DA COSTA MARTINS SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

GILMAR MARTINS DE S. SANTIAGO CONTADOR GERAL DO ESTADO CRC Nº 4.495 - PB

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	%
			No Bimestre	Até o Bimestre (g)		
15. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DE SALÁRIO E SALVAMENTO	6.224	7.837	2.318	7.191	-	91,76
16. RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
19. OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-
20. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	6.224	7.837	2.318	7.191	-	91,76
21. TOTAL DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	790.189	664.878	245.905	645.327	-	99,22

RESTOS A PAGAR INSCRITOS POR DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPORTOS DOTAÇÃO ATÉ O BIMESTRE		SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2007 (g)
22. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO			

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
23. SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		
24. (+) INCRÉSCENTOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		128.690
25. (-) DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE		118.840
26. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		7.194
27. (-) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL		13.256

1) Saldo anterior exercicio e seus cancelamentos no encerramento do ano.
 2) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 3) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 4) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 5) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 6) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 7) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 8) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 9) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 10) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 11) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 12) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 13) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 14) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 15) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 16) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 17) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 18) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 19) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 20) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 21) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 22) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 23) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 24) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 25) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 26) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 27) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 28) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 29) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 30) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 31) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 32) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 33) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 34) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 35) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 36) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 37) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 38) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 39) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 40) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 41) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 42) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 43) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 44) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 45) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 46) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 47) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 48) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 49) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 50) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 51) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 52) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 53) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 54) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 55) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 56) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 57) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 58) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 59) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 60) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 61) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 62) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 63) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 64) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 65) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 66) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 67) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 68) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 69) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 70) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 71) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 72) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 73) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 74) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 75) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 76) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 77) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 78) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 79) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 80) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 81) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 82) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 83) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 84) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 85) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 86) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 87) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 88) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 89) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 90) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 91) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 92) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 93) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 94) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 95) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 96) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 97) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 98) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 99) Valor de origem 212 de 1º BIC.
 100) Valor de origem 212 de 1º BIC.

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
 SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

GILMAR MARTINS DE CARVALHO SANTIAGO
 CONTADOR GERAL DO ESTADO
 CRC N. 4.495 - PB

ESTADO DA PARAÍBA
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2007/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		No Bimestre	Até o Bimestre	R\$ Milhares
Previsão Inicial de Receita		-	-	4.569.567
Previsão Atualizada de Receita		-	-	4.714.575
Receitas Realizadas		960.452	-	4.583.713
Déficit Orçamentário		-	-	-
Saldo de Exercícios Anteriores		-	-	90.790
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		No Bimestre	Até o Bimestre	R\$ Milhares
Despesa Inicial		-	-	4.569.567
Despesa Atualizada		-	-	4.960.943
Despesas Empenhadas		1.024.947	-	4.483.816
Despesas Liquidadas		1.086.486	-	4.483.816
Supéravit Orçamentário		-	-	99.897
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	R\$ Milhares
Despesas Empenhadas		1.024.947	-	4.483.816
Despesas Liquidadas		1.086.486	-	4.483.816
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		No Bimestre	Até o Bimestre	R\$ Milhares
Receita Corrente Líquida		-	-	3.530.108

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	R\$ Milhares
Regime Geral de Previdência Social		-	-	-
Receitas Previdenciárias (I)		-	-	-
Despesas Previdenciárias (II)		-	-	-
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		-	-	-
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		247.739	-	729.371
Receitas Previdenciárias (IV)		212.093	-	688.860
Despesas Previdenciárias (V)		35.646	-	40.511
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		176.447	-	648.349

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais de LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		(12.616)	(252.749)	2.003,40
Resultado Primário		332.824	390.537	117,35

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR				
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	201.637	16.652	186.985	0
Poder Legislativo	198.102	16.274	181.828	0
Poder Judiciário	591	41	550	0
Ministério Público	3.691	273	3.416	0
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.233	62	1.191	0
Poder Legislativo	19.717	5.451	14.266	0
Poder Judiciário	19.541	5.451	14.090	0
Ministério Público	167	0	167	0
TOTAL				
		222.264	22.143	201.251

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	618.046	25%	25,45
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração dos Professores do Ensino Fundamental e Médio	231.982	60%	69,08

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Operação de Crédito		26.659	33.681
Despesa de Capital Líquida		450.752	212.014

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		5.631	(441)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		5.631	(443)

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesa Própria com Ações e Serviços Públicos de Saúde	126	12%	12,61

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP'S CONTRATADAS		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE	
Total das Despesas / RCL (%)		-	

LUZEMAR DA COSTA MARTINS
 SEC. CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

GILMAR MARTINS DE C. SANTIAGO
 CONTADOR GERAL DO ESTADO
 CRC Nº 4.495 - PB